



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

11º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

NOVA FRIBURGO

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2026 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Não é competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal a seguinte matéria:

- a) proteção ao patrimônio histórico;
- b) consumo;
- c) direito urbanístico;
- d) direito penal;
- e) responsabilidade por dano ao meio ambiente.

2) Não é um princípio geral da Administração Pública previsto no *caput* do art. 37 da CRFB:

- a) legalidade;
- b) impessoalidade;
- c) moralidade;
- d) motivação;
- e) eficiência.

3) Podem propor Emenda Constitucional à Constituição Federal, exceto:

- a) Um terço, no mínimo, dos deputados federais;
- b) O Presidente da República;
- c) O Procurador-Geral da República;
- d) Um terço, no mínimo, dos Senadores;
- e) Mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação.

4) Não é cabível Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF em face de:

- a) Lei anterior à Constituição de 1988;
- b) Lei municipal;
- c) Súmula Vinculante;
- d) Situação fática de violação de direitos fundamentais que configure Estado de Coisas Inconstitucional;
- e) Conjunto de decisões judiciais.

5) De acordo com a jurisprudência do STF sobre direitos fundamentais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É constitucional a adoção de cotas raciais para o ingresso na Universidade, sendo absoluta a autodeclaração do candidato, vedada a adoção de mecanismos de heteroidentificação, por se configurarem como tribunal racial;
- b) É possível a alteração de registro civil de pessoas trans, exclusivamente por meio judicial, desde que tenham se submetido à procedimento cirúrgico de transgenitalização;
- c) É inconstitucional a presença de símbolos religiosos em espaços públicos, pertencentes ao Estado, mesmo nas hipóteses em que se busca representar a tradição cultural da sociedade brasileira;
- d) Testemunhas de Jeová, quando maiores e capazes, têm o direito de recusar procedimento médico que envolva transfusão de sangue, com base na autonomia individual e na liberdade religiosa;
- e) Leis municipais que proíbem a abordagem de temas relacionados a questões de gênero ou orientação sexual nas escolas são materialmente inconstitucionais, apesar de não serem formalmente inconstitucionais.

6) Qual dessas classificações não é aplicável à Constituição de 1988:

- a) Sintética;
- b) Promulgada;
- c) Compromissória;
- d) Rígida;
- e) Escrita.

7) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) A ação popular pode ser ajuizada por pessoa física ou jurídica;
- b) O mandado de injunção coletivo pode ser promovido pela Defensoria Pública, quando a tutela requerida for especialmente relevante para a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados;
- c) A sentença que denegar mandado de segurança, ainda que sem decidir o mérito, impede que o requerente pleiteie os seus direitos por ação própria;
- d) O impetrante pode requerer no âmbito do mandado de segurança a realização de perícias e a oitiva de testemunhas;
- e) É cabível a ação civil pública para veicular pretensões relativas ao meio ambiente, direito do consumidor, tributos, contribuições previdenciárias, entre outros.

8) Sobre os direitos e garantias fundamentais previstos na CRFB assinale a alternativa INCORRETA:

- a) é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;
- b) é garantido o direito de propriedade, que atenderá a sua função social;
- c) a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;
- d) a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão;
- e) a lei penal não retroagirá, ainda que para beneficiar o réu.

9) Sobre o processo legislativo e as espécies legislativas, assinale a alternativa CORRETA:

- a) As leis complementares possuem hierarquia normativa em relação às leis ordinárias;
- b) O processo legislativo brasileiro se caracteriza pelo bicameralismo em todos os níveis federativos;
- c) A sanção do Chefe do Executivo convalida o vício de iniciativa;
- d) O veto parcial poderá recair sobre trecho de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea;
- e) A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

10) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) As comissões de constituição e justiça do Legislativo e o veto jurídico pelo Chefe do Executivo são exemplos de mecanismos não judiciais de controle de constitucionalidade;
- b) Governador de Estado tem legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade;
- c) A Ação Direta de Inconstitucionalidade e a Ação Declaratória de Constitucionalidade são cabíveis em face de lei federal ou estadual;
- d) A súmula vinculante tem por objetivo a interpretação de normas acerca das quais haja controvérsia que acarrete grave insegurança jurídica e a multiplicação de processos sobre questão idêntica;
- e) Exemplo de hipótese de controle de constitucionalidade prévio exercido pelo Judiciário é a decisão sobre o mandado de segurança impetrado por parlamentar.

DIREITO CIVIL

11) De acordo com as regras positivadas no Código Civil de 2002 acerca do estado de perigo, é CORRETO afirmar que:

- a) Configura-se o estado de perigo sempre que a pessoa sentir que corre perigo, independentemente das circunstâncias do caso concreto.
- b) Configura-se o estado de perigo quando o negócio jurídico é viciado por erro substancial, sendo este entendido como aquele que interessa à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração, ou a alguma das qualidades a ele essenciais.
- c) Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar outra pessoa de qualquer tipo de dano, ainda que desconhecido pela outra parte, assume obrigação onerosa.

- d) Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
- e) Configura-se o estado de perigo quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

12) A respeito dos bens públicos e seu tratamento legislativo no Código Civil de 2002, marque a alternativa CORRETA:

- a) Considera-se bem imóvel o solo, mas não o que se lhe incorporar natural ou artificialmente.
- b) Perdem o caráter de imóveis as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.
- c) Perdem o caráter de imóveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
- d) Considera-se bem imóvel o material destinado a alguma construção, mesmo que ainda não tenha sido empregado.
- e) Consideram-se móveis, para os efeitos legais, as energias que tenham valor econômico.

13) De acordo com as disposições do Código Civil de 2002 acerca do domicílio, é CORRETO afirmar que:

- a) O domicílio do Estado pode ser qualquer cidade dentro do seu território.
- b) O domicílio de uma pessoa jurídica deve necessariamente ser o lugar onde funciona sua mais importante sede ou filial, não podendo seu estatuto eleger outro domicílio.
- c) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.
- d) A pessoa natural sem residência habitual não tem domicílio.
- e) A pessoa natural com várias residências terá seu domicílio no primeiro imóvel que tiver sido registrado em seu nome.

14) Segundo o Código Civil de 2002, toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil. Sobre os direitos da personalidade, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- b) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
- c) O pseudônimo não goza da mesma proteção que se dá ao nome, ainda que tenha sido adotado para atividades lícitas.
- d) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.
- e) Sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial.

15) Sobre as obrigações de dar, é CORRETO afirmar que:

- a) Se a coisa se perder por culpa do devedor, este não responderá pelo equivalente, apenas por perdas e danos.
- b) A coisa incerta será indicada apenas pela quantidade.
- c) A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.
- d) Deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, o credor deverá aceitar a coisa deteriorada.
- e) Os frutos percebidos são do credor, cabendo ao devedor os pendentes.

16) O Direito Civil admite diversas modalidades de extinção da obrigação sem que se realize pagamento, quer direta quer indiretamente. Acerca das formas de extinção das obrigações, é CORRETO afirmar que:

- a) Dá-se a novação quando o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior.
- b) Dá-se a remissão quando o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior.

- c) Ocorre sub-rogação quando duas pessoas são ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra e, por isso, as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem.
- d) Pela compensação, extingue-se a obrigação quando na mesma pessoa se confundem as qualidades de credor e devedor.
- e) A novação é a liberação graciosa do devedor pelo credor, dispensando-o do pagamento da dívida.

17) A responsabilidade de reparar um dano incumbe, primordialmente, àquele que o causou por ato ilícito. Porém, em determinadas circunstâncias, a lei pode atribuir a outras pessoas a responsabilidade pela reparação civil. De acordo com o Código Civil de 2002, é CORRETO afirmar que:

- a) Os taxistas e motoristas de aplicativos são responsáveis por reparar os danos causados pelos passageiros durante o transporte.
- b) Os empregados hierarquicamente superiores são responsáveis por reparar os danos causados por outros empregados da mesma empresa que lhes sejam subordinados, desde que o dano ocorra no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.
- c) Os síndicos de condomínios edilícios são responsáveis por reparar os danos causados pelos condôminos nas áreas comuns do condomínio.
- d) Os irmãos mais velhos são responsáveis por reparar os danos causados pelos irmãos mais novos que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.
- e) Os pais são responsáveis por reparar os danos causados pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.

18) A responsabilidade civil pode ser subjetiva ou objetiva, a depender da imprescindibilidade da culpa para sua caracterização. Dos dispositivos abaixo, extraídos da Constituição e do Código Civil, assinale a hipótese de responsabilidade civil subjetiva:

- a) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- b) O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior.
- c) Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
- d) Aquele que habitar prédio, ou parte dele, responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido.
- e) Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

19) Acerca da sociedade limitada, é CORRETO afirmar que:

- a) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- b) Por ser mais simples do que a sociedade por ações, a sociedade limitada é vedada de constituir conselho fiscal.
- c) Não é possível a constituição da sociedade limitada por uma única pessoa.
- d) Se o contrato social não dispuser em sentido contrário, a regência supletiva da sociedade limitada se dará pelas normas da sociedade anônima.
- e) Na sociedade limitada tomam parte sócios de duas categorias: os comanditados, pessoas físicas, responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais; e os comanditários, obrigados somente pelo valor de sua quota.

20) Um devedor, sem ter condições de pagar suas dívidas, pratica negócios de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida. Tais negócios podem ser anulados por um de seus credores, que alegará:

- a) Simulação.
- b) Dolo accidental.
- c) Erro.

- d) Fraude contra credores.
- e) Estado de perigo.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21) No curso de processo judicial cível ordinário (rito comum), após a apresentação de contestação pelo Estado, é proferida decisão de saneamento do processo, na qual também é deferida tutela provisória desfavorável ao Estado.

Marque a alternativa que indica o recurso passível de ser interposto contra essa decisão:

- a) Apelação;
- b) Agravo interno;
- c) Recurso Especial;
- d) Recurso Extraordinário;
- e) Agravo de instrumento.

22) Conforme o microssistema de Juizados Especiais, o prazo para o Estado interpor recurso inominado contra sentença desfavorável proferida em ação que tramita perante o Juizado Especial Fazendário é de:

- a) 30 dias (15 dias em dobro);
- b) 20 dias (10 dias em dobro);
- c) 15 dias;
- d) 10 dias;
- e) 5 dias.

23) Em conformidade com o que dispõe o art. 496 do CPC, marque a alternativa que apresenta CORRETAMENTE as hipóteses em que está prevista a remessa necessária:

I – Sentença proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público, independentemente do valor;

II – Sentença que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal;

III – Sentença fundada em acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos.

- a) Estão corretas as afirmações I, II e III;
- b) Estão corretas apenas as afirmações I e II;
- c) Apenas a alternativa II está correta;
- d) Estão corretas apenas as afirmações II e III;
- e) Estão corretas apenas as afirmações I e III.

24) Acerca da citação, marque a alternativa CORRETA acerca das afirmações a seguir:

I – Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual.

II – O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução.

III – A citação será feita por meio eletrônico ou pelo correio para qualquer comarca do País quando o citando for pessoa de direito público.

- a) Estão corretas as afirmações I, II e III;
- b) Estão corretas as afirmações I e II;
- c) Apenas a afirmação I está correta;
- d) Apenas a afirmação II está correta;
- e) Nenhuma das afirmações está correta.

25) Segundo o Código de Processo Civil, a parte autora poderá aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente do consentimento da parte ré:

- a) Até que venha a ocorrer o trânsito em julgado;
- b) Até a sentença;
- c) Até o saneamento do processo;

- d) Até a citação;
- e) Uma vez proposta a ação, não poderá haver aditamento ou alteração do pedido nem da causa de pedir.

26) Sobre a sucumbência, assinale a alternativa CORRETA acerca das afirmações a seguir:

I – Tradicionalmente, a sucumbência se baseia na ideia de causalidade, de modo que deve arcar com os ônus sucumbenciais a parte que deu causa indevida ao ajuizamento da ação;

II – Quando ambas as partes forem parcialmente vencedoras e vencidas, não haverá condenação ao pagamento de honorários de sucumbência, pois deverão ser compensados;

III – Em execução contra a Fazenda Pública superior a 100 salários mínimos, se a Fazenda não impugnar, e informar ao juízo que o pagamento será feito por precatório, deverá ser condenada ao pagamento de honorários sucumbenciais referentes à fase executiva, em razão do não pagamento imediato.

- a) Estão corretas as afirmações I, II e III;
- b) Estão corretas as afirmações I e III;
- c) Estão corretas as afirmações I e II;
- d) Está correta apenas a afirmação I;
- e) Nenhuma das afirmações está correta.

27) Segundo o regramento da revelia no CPC, marque a alternativa que abrange as afirmativas CORRETAS:

I – Se o réu não contestar a ação, os pedidos do autor serão julgados procedentes;

II – A revelia não produzirá o efeito de presunção de veracidade das alegações de fato formulados pelo autor no caso em que houver pluralidade de réus e algum deles contestar a ação;

III – O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.

- a) Estão corretas as afirmações I, II e III;
- b) Estão corretas as afirmações I e II;
- c) Estão corretas as afirmações II e III;
- d) Está correta apenas a afirmação II;
- e) Todas as afirmações estão corretas.

28) Conforme o CPC, é caso de resolução de mérito aquele em que a sentença:

- a) Homologa renúncia à pretensão autoral;
- b) Indefere a petição inicial;
- c) Reconhece a existência de litispendência;
- d) Acolhe a alegação de existência de convenção de arbitragem;
- e) Reconhece a ilegitimidade passiva da parte ré.

29) Finda a fase de conhecimento com o trânsito em julgado de sentença cível (título executivo judicial) que condena o Estado a pagar quantia certa, e intimada a Fazenda Pública (CPC, art. 535), a PGE-RJ verifica que há excesso na pretensão executiva, decorrente de utilização de parâmetros de atualização equivocados. Neste caso, de acordo com o CPC, o instrumento pelo qual deverá ser apresentada a matéria de defesa (excesso) é:

- a) Notificação judicial;
- b) Apelação;
- c) Liquidação;
- d) Ação de embargos à execução;
- e) Impugnação.

30) Segundo o texto do CPC acerca do valor da causa, assinale a alternativa que abrange as afirmativas CORRETAS:

I – A toda causa será atribuído valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediatamente aferível;

II – Na ação indenizatória, inclusive a fundada em dano moral, o valor da causa será aquele que for pretendido;

III – Quando se pedirem prestações vencidas e vincendas, o valor da causa deverá considerar o valor de umas e outras, e o valor das prestações vincendas será igual a uma prestação anual, se a obrigação for por tempo indeterminado ou por tempo superior a 1 (um) ano, e, se por tempo inferior, será igual à soma das prestações.

a) Estão corretas as afirmações I, II e III;

b) Estão corretas apenas as afirmações I e II;

c) Estão corretas apenas as afirmações I e III;

d) Apenas a alternativa II está correta;

e) Apenas a alternativa III está correta.